

Isabel Margarida Duarte

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto
(Unidade I&D 22/94); iduarte@letras.up.pt

Falar claro a mentir

Neste trabalho, começaremos por fazer uma brevíssima reflexão acerca da relação entre os conteúdos ditos ou explícitos de um texto e os seus conteúdos implícitos. Passaremos, também de passagem, por algumas questões que dizem respeito ao relato de discurso na imprensa escrita. Exemplificaremos algumas convicções, por fim, analisando um texto de Joaquim Fidalgo¹, modo também de nos debruçarmos sobre as manobras argumentativas do discurso político que esse texto reproduz e comenta.

Quando falamos, para além daquilo que as palavras dizem claramente, há o que, não dizendo explicitamente, implicam e, embora parecendo não dizer, o locutor comunica. O falante comunica quase sempre mais do que aquilo que diz e, às vezes, comunica diferente daquilo que diz. Os conteúdos do dito podem, pois, ser explícitos, realmente ditos, ou implícitos. Todos os falantes de uma língua têm, em maior ou menor grau, uma competência para ler nas entrelinhas, para descodificar implícitos, entender metáforas, fazer inferências, perceber subentendidos, compreender ironias². Pelo seu lado, o locutor controla as inferências que ficam ao dispor do alocutário.

Grice (1975) desenvolveu uma teoria das relações entre uma expressão, o seu significado, o significado atribuído pelo falante e as implicações da enunciação. Os implícitos são aqueles processos em que o enunciado diz algo mais ou até algo diferente daquilo que é explicitamente dito. São implícitos as pressuposições, as implicações, as alusões, as insinuações, os subentendidos, etc. No conjunto dos conteúdos implícitos, consideram-se dois grandes grupos: os que são agregados ao dito, ou convencionais e os não-convencionais, agregados ao dizer, à enunciação. Se os subentendidos decorrem, sobretudo, do contexto enunciativo, os pressupostos, as implicações e as implicaturas convencionais ancoram-se numa marca linguística.

Um exemplo de subentendido existiria, por exemplo, no enunciado *Está um dia bonito* do qual se pode subentender, num dado contexto enunciativo, que o locutor não tem

¹ Trata-se do texto “Falar claro”, *Público*, 14 de Março de 2004 (em anexo).

² Do ponto de vista da didáctica da leitura, é fundamental trabalhar, com os alunos, leitores em formação, textos que exijam deles algum esforço inferencial, a compreensão de implícitos, baseados em dados textuais ou contextuais.

mais nada a dizer ao alocutário. A compreensão do que é subentendido para além daquilo que é dito exige que o alocutário faça inferências. Estamos a usar o termo subentendido, de acordo com a terminologia francesa, para um tipo de fenómeno que Grice incluiria na implicatura conversacional. A informação que poderia ser transmitida (“Não há nenhum assunto de que possa falar consigo”) é, talvez, desagradável para o alocutário. Por isso ela não é fornecida explicitamente, mas é fácil, cremos, implicá-la ou subentendê-la.

Já os implícitos convencionais não decorrem do contexto, mas possuem, no enunciado, uma base, um suporte textual. A implicação é uma espécie de “depois”, uma vez que decorre do dito (*João esqueceu-se de fechar a porta* implica que *João não fechou a porta*). De igual modo, da verdade de *João é solteiro* decorre, por implicação, a verdade de *João não é casado*. A implicação é afectada quer pela negação, quer pela interrogação.

Para completarmos este quadro rápido, podemos ainda ter em conta as pressuposições (*O carro do João avariou*, para além de afirmar um dado estado de coisas acerca do carro do João (o posto), pressupõe a verdade de *O João tem um carro* (o pressuposto)). A pressuposição equivale a uma inferência na base também do que é dito. Não é afectada nem pela negação, nem pela interrogação. A designação pressuposição recobre, cremos, casos de implicatura convencional. Por exemplo, *João é português, logo, é corajoso* implicaria *os portugueses são corajosos*, sobretudo pela força do conector “logo”, ou seja, estaríamos perante uma implicatura convencional. Nestes casos, o que permite o seu desencadeamento é a presença de uma marca linguística associada, convencionalmente, ao valor implícito. Em *Até o Pedro faltou*, pela força de “até”, pressupõe-se que faltou mais gente para além do Pedro, faltou muita gente e não era previsível que o Pedro faltasse.

Resta ainda referir as chamadas implicaturas conversacionais: *Podes passar-me o sal, se fazes favor?* não é uma mera pergunta sobre a possibilidade que o interlocutor tem para passar o sal ao locutor, mas um pedido que este faz àquele, pretendendo agir sobre ele, no sentido de conseguir que o interlocutor lhe chegue, de facto, o sal e não lhe responda, apenas, *Posso*, ou *Não posso*.

As implicaturas não-convencionais não decorrem do dito, mas sim do contexto enunciativo. Podemos considerar as implicaturas não-convencionais, não-conversacionais, que têm que ver com o Princípio de Cortesia e das quais não vamos ocupar-nos e as implicaturas conversacionais, aquelas em que Grice (1975) se centra e que relevam do contexto de enunciação. Mesmo dentro deste grupo, Grice estabelece uma distinção entre as implicaturas conversacionais generalizadas, portadoras, ainda, de uma marca linguística (*Podes fechar a janela?*, embora seja uma pergunta à qual o interlocutor pode responder *Posso* ou qualquer outra resposta que recaia sobre a possibilidade que tem de executar o acto sobre o qual se pergunta algo, é entendida pelo interlocutor, no contexto em que é feita, eventualmente com uma janela próxima dos falantes, que está aberta, como um pedido para que ela seja fechada) e as implicaturas conversacionais particularizadas que decorrem apenas do contexto e do conhecimento que os interlocutores têm da comunicação humana, dos diferentes cenários e dos estados de coisas: a afirmação *Está corrente de ar* é normalmente entendida, por alguém que a ouve, como um pedido para que seja fechada a porta ou a janela pela qual o ar entra³.

³ O exemplo de subentendido que demos, anteriormente (“Está um dia bonito”), poderia ser incluído neste grupo.

Estas e outras considerações que venha a propósito fazermos são esclarecedoras, cremos, para a leitura, no sentido pleno, de muitos textos dos *media*, e também de muito do discurso político que por meio deles circula e neles é ampliado e comentado. As pressuposições e outros implícitos são estratégias discursivas utilizadas pelo locutor para, indirecta e subrepticamente, impor determinadas ideias ou opiniões: “Os políticos têm, de facto, uma enorme habilidade (ou necessidade...) de dizer-não-dizendo ou de não-dizer-dizendo – o que, para o caso, vem a dar no mesmo”.

Se os textos de imprensa escrita são construídos, sobretudo, com base em palavras ditas por outros locutores que não o jornalista, porque usam fontes, ou o que alguém disse ou declarou, como matéria com que se faz o texto, marcado por diferentes vozes que o atravessam, tem crucial importância, nesses textos, o modo como o jornalista usa as palavras dos outros interlocutores: os cortes que nelas opera, a selecção que faz, a forma como as cita, os arredores contextuais das palavras relatadas.

Faz portanto parte deste conjunto de questões o uso de aspas para delimitar, no texto, uma palavra ou expressão. Estas aspas isolam, graficamente, aquilo a que Jacqueline Authier (1978) chamou “ilhas textuais”, quer dizer, palavras que, num determinado discurso de um locutor, pertencem a um outro. O efeito que o relator pretende obter com estes marcadores de uma discontinuidade enunciativa são vários, sobretudo a não-assunção da responsabilidade por palavras de que não é, efectivamente, responsável, mas também, por vezes, a marcação de ironia distanciadora.

Em “não-qualquer-coisa”, “não-posição”, “não-assunto”, “não-resposta”, o jornalista cita alguns políticos portugueses que, à data da escrita da crónica, vinham utilizando estes eufemismos para falar de questões acerca das quais não queriam, verdadeiramente, ter de tomar posição pública (a descriminalização do aborto era uma delas). Quando se fala de discurso “aberto”, com aspas, está-se a citar ironicamente o senso comum, ou o jargão político, numa expressão mais uma vez eufemística, ou mesmo mentirosa, porque o discurso não é “aberto”, mas sim de tal modo ambíguo que não comprometa o seu enunciador com a verdade das palavras ditas. Quanto às aspas em “desafio”, é porque a palavra é de Paulo Portas, mas subentende-se que, no entender do locutor, este de que se fala é um falso desafio (como, aliás, o discurso é falsamente “aberto”), não passa de uma tentativa de Portas se credibilizar perante a opinião pública portuguesa (o mesmo acontece, algumas linhas abaixo, com a palavra “repto”, usada com valor semelhante e em que as aspas têm idêntico funcionamento distanciador ao das que isolam “desafio”). A expressão “à velha maneira” remete os leitores mais velhos e politizados para debates televisivos famosos em que Mário Soares entrou. Já a palavra “menino” referida a Portas e entre aspas, não pode ser atribuída a Soares, mas sim, com toda a carga irónica que tem, ao próprio cronista. É, neste contexto, claramente depreciativa, sobretudo por contraste com a outra palavra que vem, a seguir, entre aspas, desta vez referida a Soares: “patriarca”.

Contrariamente a estes casos, as aspas que constituem uma fronteira de discurso, nos outros dois exemplos da crónica, são marcadores citacionais que delimitam sequências de discurso directo. Uma delas está introduzida mais ou menos canonicamente: “Falou assim o ex-Presidente:”. A outra é um discurso directo incluído num discurso indirecto: “Se, amanhã, perguntarmos a Mário Soares se ele disse a Paulo Portas “Cresça e apareça!”, ele dirá que não disse isso, de modo nenhum.”

Outros discursos indirectos são “[...], Soares lá sugeriu com o seu sorriso bonacheirão que o “menino” ainda tinha muito que pedalar para ter acesso a um tal confronto. Que tinha, primeiro, que fazer obra que visse.” Neste caso, o relator tem toda a conveniência em usar uma forma de transposição do discurso relatado que lhe permita resumir, refazer o discurso do outro, relatando não o que Mário Soares efectivamente disse, mas sim aquilo que podemos subentender daquilo que disse. À frase que se inicia pela conjunção integrante falta, mesmo, a oração subordinante, que temos de subentender, do tipo de “E Soares sugeriu ainda”. Estamos perante um mecanismo como aquele que Bally descreveu em 1912 e que pode estar na base de algo semelhante ao discurso indirecto livre: uma intervenção que começa por ser relatada em discurso indirecto canónico, para «escorregar» lentamente para um modo mais livre de discurso indirecto. Estas são ocorrências de discurso indirecto «impressionista»⁴. O efeito de discurso indirecto livre é conseguido, neste texto, não só por este relato indirecto que não está precedido de oração subordinante, mas também pela abundância de expressões e palavras entre aspas, da responsabilidade de outros enunciadores que não o cronista. Para o mesmo efeito, concorre a expressão “de modo nenhum” (em “[...] ele dirá que não disse isso, *de modo nenbum*”), em que pressentimos o eco das palavras de Mário Soares, de forma relativamente nítida.

Tal como o discurso de imprensa, também o discurso político é extremamente hábil e até arduoso na forma de citar, permitindo sempre a abertura de uma porta por onde o locutor possa fugir, dizendo que não queria dizer aquilo que dizem que ele disse, ou que deturparam as suas palavras retirando-as do contexto original, ou atribuindo-lhes um sentido que não era o delas, ou até dizendo que não se disse aquilo que se disse, porque não se falou claro⁵. É não só possível como até frequente “dizer-não-dizendo” ou “não-dizer-dizendo”, formulações que nos reenviam, simultaneamente, para a teoria dos actos indirectos de Searle (1976) e para o célebre artigo de Henri Paul Grice, “Logic and Conversation” (1975). Quer dizer: o discurso político pode utilizar (e utiliza frequentemente) a palavra para implicar um sentido que não é explicitamente dito, mas facilmente dedutível daquilo que é efectivamente dito e que está contido no sentido convencional das palavras realmente usadas. Mas o sentido, como sabemos, não decorre, exclusivamente, do significado convencional dessas palavras. Tem também a ver com a identidade dos interlocutores e suas intenções comunicativas e outras, com as relações que entre eles estabelecem e com o estado de coisas a que as suas palavras se referem, o momento e o lugar da enunciação, e umas quantas regras e princípios conversacionais e não só (de cortesia, p.e.), que regem a comunicação entre as pessoas. Locutor e alocutário partilham saberes e crenças anteriores ao momento em

⁴ Para utilizarmos a terminologia de Bakhtine, M. (1929), 1977, *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*, Paris, Les Éditions de Minuit.

⁵ O ex-Ministro Gomes da Silva falou, a propósito das relações entre *media* e Governo, da existência de uma “cabala” entre os jornais *Expresso*, *Público* e o ex-comentador da TVI, Marcelo Rebelo de Sousa. Dadas as reacções violentas à teoria da cabala, fez um desmentido formal. Afirmou “que as suas declarações tinham sido truncadas na sua totalidade” (in *Público*, 21 de Outubro de 2004). Perante isto, e para que o dito não pudesse vir a ser dado por não-dito, as televisões “repetiram na íntegra a parte do diálogo que [o Ministro] manteve com os membros da AACCS [Alta Autoridade para a Comunicação Social] sobre a cabala. E, para que não restassem dúvidas, até incluíram legendas”. Eis como, apesar de tudo, nem sempre se pode dizer que não foi dito o que realmente se disse e ficou gravado.

que comunicam e, se isso é válido para as trocas verbais entre actores que são políticos, também o é para o jornalista que escreve um texto e os leitores que o lêem.

A ideia básica de Grice é que as nossas trocas de palavras são o resultado de esforços de cooperação, de que existe um Princípio de Cooperação, segundo o qual todas as pessoas contribuiriam sempre, de modo pertinente, para as tocas conversacionais em que se vêem envolvidas. Tal princípio diria mais ou menos o seguinte: que a tua contribuição conversacional corresponda ao que te é exigido na situação em que ocorre. Mas, por vezes, parece que, pelo menos em aparência, algumas das trocas não estão a respeitar esse Princípio de Cooperação. O que se passaria então, segundo Grice? Mesmo quando tal não pareça e dado que os interlocutores sempre cooperam conversacionalmente, é porque, ao parecer que estão a desrespeitar o princípio cooperativo, estão, antes, a violar alguma das Máximas Conversacionais que Grice também enuncia, no mesmo estudo de 1975. Ou seja: às vezes, a regra é violada a nível daquilo que é dito, mas é respeitada, ou melhor, o Princípio de Cooperação é respeitado, a nível daquilo que é implicado. Esta teoria é fundamental para se compreender a habilidade retórica de Mário Soares, de que o texto de Joaquim Fidalgo se ocupa.

A familiaridade entre o autor do texto e o seu destinatário, sem a qual este não se sentirá sequer predisposto a entrar no jogo de subentendidos que lhe é proposto, constrói-se de vários modos, entre eles o recurso à interacção locutor / alocutário de que é sinal a interrogativa (“Confuso?...”), bem como o uso frequente de fraseologias oralizantes que tornam a leitura da crónica uma espécie de conversa cúmplice entre dois interlocutores que partilham saberes (linguísticos e extra-linguísticos) e um sistema de crenças anteriores ao pacto de leitura.

As partículas modais incluídas no discurso do cronista contribuem, igualmente, para a oralização do seu estilo, isto é, para tornar mais verosímil o tom de conversa e intimidade com o leitor: “lá sugeriu”, “cá para nós”. “Lá” indicia que, como era previsível, a posição de Soares era a esperada: não aceitar o “desafio” de Portas, acrescentando à recusa um comentário de que o seu adversário saísse depreciado e enfraquecido. O “cá” parece instituir um espaço enunciativo de proximidade cúmplice entre o autor e o leitor, não sendo de descartar a hipótese de esse espaço incluir também Soares: “[...] – porque, cá para nós (não é, dr. Soares?...), foi isso mesmo que ele quis dizer, [...]”.

As fraseologias de teor familiar são variadíssimas: “cresça e apareça”, “continua aí para as curvas”, “a bem dizer”, “para o caso, vem a dar no mesmo”, “com quem ele se foi meter!”, “tinha muito que pedalar”. Muitas destas fraseologias envolvem também metáforas cuja compreensão exigiria que um leitor pouco eficiente em língua portuguesa fizesse inúmeras inferências para as tentar compreender. Se tal não é necessário, é porque essas metáforas entraram na língua e se cristalizaram e banalizaram, dentro ou fora das fraseologias em que as vamos encontrar (cf. Vilela, 2003): “continuar para as *curvas*”, “*cortante* perfídia”, “ficar *gravado*”, “*cena* política”, “*jogos* de poder”, “discurso *aberto*”, “*envoltas numa capa*”, “*desafio*”, “*pedalar*”, “*atestado*”, “*jogo de espelhos* da política”, “*jogo* de insinuações”. Na metáfora, a primeira regra da qualidade de Grice (1975) é violada: as palavras não podem ser compreendidas no seu sentido literal. O que diz a máxima da qualidade é “Que a tua contribuição seja verdadeira” e a segunda regra específica: “não afirmes aquilo de que te faltam provas.” Quando se diz que Paulo Portas terá muito que “pedalar” para poder discutir com Mário Soares, não

se está a afirmar que o líder do PP terá de andar de bicicleta durante muito tempo. Esta metáfora irónica pertence a um registo familiar de língua e tem um outro sentido que o leitor facilmente descodifica. O que o locutor quer mesmo dizer é que Paulo Portas não está ao mesmo nível nem político nem de capacidade de argumentação de Mário Soares e que este não lhe concede sequer o direito de se considerar digno de um debate público com ele.

Como vimos, a presença do alocutário no texto é um convite à cumplicidade, dado que ele é directamente interpelado. “Confuso?...”. Uma outra hipótese de interpretação é a de o locutor estar, por meio desta interrogação, a antecipar um comentário previsível do alocutário. Este está ainda presente, em comunhão com o locutor, na primeira pessoa do plural englobante que aparece na crónica: “**todos** adivinhávamos”, “**nos** ficou”. A partilha de um sistema de crenças é visível, por exemplo, nas palavras e expressões através das quais é caracterizado o Dr. Mário Soares: “paternal bonomia”, “sorriso bonacheirão”, “patriarca”, “ironia bonacheirona”. Isto porque tal caracterização coincide com a que o senso comum e a maioria dos portugueses fariam do ex-Presidente da República. Para saber ler a crónica (ler no sentido de compreender), o destinatário tem de conhecer as personagens que nela intervêm, nomeadamente Mário Soares e Paulo Portas.

A mesma cumplicidade locutor/alocutário é pressuposta (e reforçada) nos parêntesis que o cronista intercala no seu texto e que parecem meros desabaços, que são do locutor, mas poderiam, igualmente, ser atribuídos ao alocutário, ou à voz do senso comum. É o caso, por exemplo, de “(com quem ele se foi meter!...)”.

Igualmente necessário para que locutor e alocutário se sintam parte de uma mesma comunidade de crenças e saberes é que este consiga perceber e descodificar a ironia presente no discurso daquele. A asserção inicial e as orações consecutivas do excerto seguinte, que concorrem para superlativar a ideia da instabilidade dos tempos de hoje – juntamente com os adjectivos “fugaz”, “incerto” e “complicados”, todos apontando num sentido disfórico –, criam um cenário de leitura que o leitor tem de fazer corresponder, não ao que o locutor pensa do mundo, mas sim ao que finge que pensa do mundo, apropriando-se das pseudo-crenças de um enunciador outro, que seria o político, cujas opinião e actuação não partilha:

Compreende-se: a realidade é sempre tão fugaz, o dia de amanhã sempre tão incerto, os jogos de poder sempre tão complicados, que é útil ter um discurso suficientemente “aberto” a todas as hipóteses futuras, [...].

Voltemos a Grice e às sugestões do seu texto “Logic and Conversation” (1975). Mário Soares disse *p*

Se eu fosse uma pessoa pretensiosa – que não sou –, dir-vos-ia: o dr. Paulo Portas cresça e apareça. Mas eu não vou dizer uma coisa dessas, porque não tem sentido nenhum.

e observa o Princípio de Cooperação e as suas regras, já que tal princípio seria sempre respeitado, segundo a opinião algo ingénua de Henri Paul Grice. Mário Soares sabe (e sabe que o destinatário sabe que ele sabe) que esse destinatário percebe ser necessário subentender que ele pensa $\sim p$, mas, antes, *q* (o Dr. Paulo Portas não tem craveira política para ser digno de discutir comigo). Por outro lado, não há nada que impeça

quem ouve Mário Soares de pensar *q*, pelo contrário. Mário Soares quer pois que o destinatário, ou, pelo menos, deixa o destinatário pensar que *q*, portanto, deduz-se que implicitou, conversacionalmente, *q*.

Mais. Mário Soares diz que não vai dizer *q*. Mas “o não-dito [*q*] é o que fica dito. E, tendo sido dito, pode ser invocado como não-dito”. Repare-se: “se eu fosse uma pessoa pretensiosa – que não sou –, dir-vos-ia: *q*. Mas eu não vou dizer uma coisa dessas, porque não tem sentido”. *Q* pode ser invocado como não-dito. Mas foi, de facto, dito, como citação hipotética ou provável, em discurso directo dependente de uma oração subordinada condicional de valor contrafactual. Por isso temos o imperfeito do conjuntivo (“fosse”) e o condicional (“dir-vos-ia”).

Eis uma prova de que o discurso directo não é, como costuma afirmar a gramática tradicional, a reprodução textual e objectiva de palavras previamente ditas por um locutor, mas sim um recurso, entre outros, de reproduzir palavras que podem nem sequer ter sido ainda pronunciadas, mas fazer apenas parte de um cenário de hipóteses. A estratégia política consiste em, dizendo quais são as palavras que se diriam numa determinada circunstância (“se eu fosse pretensioso”), circunstância que é negada a seguir (“que não sou”), elas ficarem de facto ditas, registadas e passarem, a partir daí, por força do peso simbólico do locutor que as disse, a ser citadas, reproduzidas e comentadas. É a este fenómeno de estratégia discursiva que Joaquim Fidalgo se refere ao escrever:

[...] **ora** dizendo em meias palavras para amanhã poder invocar as outras meias não ditas, **ora** não dizendo mas apenas sugerindo para que o recuo seja possível, **ora** – suprema sofisticação – dizendo que não se vai dizer aquilo que se diz de facto. E o não-dito é o que fica dito. E, tendo sido dito, pode ser invocado como não dito.

A disjuntiva sublinhada sugere a volubilidade das posições dos actores políticos, incapazes de manter uma atitude coerente em matéria de produção de discurso. O jornalista, partilhando, previsivelmente, a opinião dos seus também previsíveis leitores, utiliza adjectivação claramente valorativa para se referir às manobras verbais de Mário Soares (“**suprema** sofisticação”), pelas quais quer ele quer os destinatários da crónica sentem, apesar de tudo, uma evidente admiração e talvez simpatia:

Nada melhor que o **delicioso** exemplo recente de Mário Soares, figura **superlativa** do exercício de retóricas **hábeis** e, por vezes, tremendamente corrosivas, mesmo se envoltas numa capa de paternal bonomia⁶.

Mas, ao mesmo tempo que reconhece habilidade ao “exercício de retóricas hábeis” realizado por Mário Soares, o cronista considera-as “corrosivas”, escreve que, – e esta é a orientação argumentativa fundamental do texto –, “o jogo de espelhos da política”, permitindo “salvar certas aparências”, não permite salvar “nada mais, se falarmos claro”. Ao acrescentar, quase no final do texto (mesmo antes do último parágrafo que é uma conclusão), a oração subordinada condicional, “se falarmos claro”, Joaquim Fidalgo sugere, indicia que Mário Soares entrou no jogo, foi habilidoso, mas não falou claro, isto é, não disse a Paulo Portas “cresça e apareça”, que era o que queria dizer. Não o

⁶ Sublinhados meus.

dizendo claramente, apesar de tudo “foi isso que nos ficou gravado”, “pois foi isso mesmo que ele quis dizer”. Ou seja, possivelmente, o que o ex-Presidente da República fez foi não falar claro, mas falar verdade a mentir: “Mas eu não vou dizer uma coisa dessas, porque não tem sentido”. A verdade é que a “coisa” já tinha sido dita.

O último parágrafo inicia-se, justamente, pela asserção da tese que o jornalista defende através do exemplo analisado (e por isso temos uma topicalização): “O problema é que, em política, só muito raramente se fala claro.”

Comentando o “lamentável jogo de insinuações e de silêncios, por parte de alguns políticos espanhóis, a propósito da autoria do massacre de Madrid”, Joaquim Fidalgo pergunta, numa tentativa de implicar o leitor no seu próprio raciocínio: “E qual foi o resultado de não se ter falado claro?” Dado que estávamos perante uma pergunta de retórica, o locutor responde, numa fórmula típica de, em registo familiar, se corroborar, com alguma ironia, uma opinião (“Viu-se...”), neste caso subentendida, já que locutor e alocutário conhecem qual foi o resultado a que a pergunta de retórica se refere: a penalização eleitoral de quem não falou claro. O seu ponto de vista fica marcado pela anteposição do adjectivo de vincado pendor judicativo (“lamentável”), pelo valor pejorativo da metáfora (“jogo de insinuações e de silêncios”) e pelos pressupostos decorrentes da mesma expressão: houve “insinuações e silêncios” condenáveis, pelo menos apreendido o sentido do episódio do lugar de onde Joaquim Fidalgo lê o mundo.

Esse ponto de vista aproxima-se daquele que o cronista espera que o seu leitor tipo adopte. Antecipa que, tal como ele, o leitor admira a habilidade política de Mário Soares e aplaude (mais ou menos implicitamente) a resposta que este dá a Paulo Portas, que pretendia receber, de Soares “uma espécie de atestado de credibilidade” que o ex-Presidente não está disposto a conceder-lhe. Mas Joaquim Fidalgo procura, desmontando o artifício retórico de Soares, que consiste em dizer que não irá dizer o que realmente diz, fazer com que o leitor tome partido a favor da necessidade de se falar claro, contrariando o mais ou menos ardiloso hábito dos políticos de falarem claro, mas a mentir.

BIBLIOGRAFIA

- AUTHIER, Jacqueline (1978), “Les formes du discours rapporté – Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés”, in *DRLAV* n° 17, pp. 1-87.
- BAKHTINE, Mikahil (1929) [1977]), *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BALLY, Charles (1912), “Le Style Indirect Libre en Français Moderne”, I e II, *Germanisch-Romanische Monatsschrift*, Heidelberg, pp. 549-556 e 597-606.
- GRICE, Henri Paul, “Logic and Conversation”, in *Syntax and Semantics*, vol. III, *Speech Acts*, ed. Cole, & Morgan, Academic Press Inc., pp.41-58
- VILELA, Mário (2002), *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra, Almedina.

In *Público*, 04-03-17 [Pg 87]

Falar claro

JOAQUIM FIDALGO

A moda do "não-qualquer-coisa" ("não-posição", "não-assunto", "não-resposta") continua aí para as curvas. Aliás, a bem dizer, ela sempre teve o seu lugar, sobretudo na cena política, embora conjugada de modos mais diversos, mais subtis. Os políticos têm, de facto, uma enorme habilidade (ou necessidade...) de dizer-não-dizendo ou de não-dizer-dizendo – o que, para o caso, vem a dar no mesmo. Compreende-se: a realidade é sempre tão fugaz, o dia de amanhã sempre tão incerto, os jogos de poder sempre tão complicados, que é útil ter um discurso suficientemente "aberto" a todas as hipóteses futuras, ora dizendo em meias palavras para amanhã poder invocar as outras meias não ditas, ora não dizendo mas apenas sugerindo para que o recuo seja possível, ora – suprema sofisticação – dizendo que não se vai dizer aquilo que se diz de facto. E o não-dito é o que fica dito. E, tendo sido dito, pode ser invocado como não-dito.

Confuso?...

Nada melhor que o delicioso exemplo recente de Mário Soares, figura superlativa do exercício destas retóricas hábeis e, por vezes, tremendamente corrosivas, mesmo se envoltas numa capa de paternal bonomia. Respondendo ao "desafio" de Paulo Portas (com quem ele se foi meter!...) para um debate de ideias "à velha maneira", uma espécie de frente-a-frente televisivo, Soares lá sugeriu com o seu sorriso bonacheirão que o "menino" ainda tinha muito que pedalar para ter acesso a um tal confronto. Que tinha, primeiro, de fazer obra que se visse. Porque debater de igual para igual com Mário Soares não é para qualquer um – e muitos desejá-lo-iam apenas para, com isso, receberem do "patriarca" uma espécie de atestado de credibilidade.

Até aqui, tudo normal. Daqui para diante, tudo também normalíssimo (a reacção de Soares ao "repto" de Portas foi a que todos adivinhávamos), mas com um toquezinho de cortante perfídia. Falou assim o ex-Presidente: "Se eu fosse uma pessoa pretensiosa – que não sou –, dir-vos-ia: o dr. Paulo Portas cresça e apareça. Mas eu não vou dizer uma coisa dessas, porque não tem sentido."

Cá está. Se, amanhã, perguntarmos a Mário Soares se ele respondeu a Paulo Portas "Cresça e apareça!", ele dirá que não disse isso, de modo nenhum. Mais, até dirá que disse que não o dizia. Mas dizendo que o não dizia, disse-o... E foi isso que nos ficou gravado – porque, cá para nós (não é, dr. Soares?...), foi isso mesmo que ele quis dizer, e foi isso mesmo que ele realmente disse. Com a ironia bonacheirona de um "não-dito", que no plano meramente formal (de que tanto vive o jogo de espelhos da política) permite salvar certas aparências. Mas nada mais, se falarmos claro.

O problema é que, em política, só muito raramente se fala claro. E o que fica por dizer em certos momentos pode dizer muito mais, muito mais alto, do que o berro mais gritado. Atente-se no lamentável jogo de insinuações e de silêncios, por parte de alguns políticos espanhóis, a propósito da autoria do massacre de Madrid, tendo como fundo algum aproveitamento eleitoral. E qual o resultado de não se ter falado claro? Viu-se...